

Dilson Funaro deve embarcar hoje de Roma para Tóquio, estendendo sua missão de convencer os governos credores de que o Brasil não pode reduzir seu crescimento para pagar a dívida.

Lá, onde os banqueiros japoneses se mostram muito preocupados com a moratória brasileira (veja na página ao lado) deverá ter a mesma resposta que já recebeu nos EUA, Inglaterra, França,

Alemanha e Suíça: os governos não pressionam bancos privados a negociarem de acordo com o interesse dos devedores.

Erro de Funaro: dívida não é política.

No momento em que o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, desembarcava ontem em Berna, para explicar ao governo suíço as razões da suspensão do pagamento dos juros da dívida externa, os três principais bancos suíços - União de Bancos Suíços, Crédito Suíço e Sociedade de Bancos Suíços - anunciavam a obtenção de lucro líquido de US\$ 1,4 bilhão no ano passado, provavelmente o maior dos últimos dez anos.

Diante de tal prova de saúde financeira, alguém poderia pensar que, na Suíça, o ministro Funaro fosse encontrar outra receptividade a sua reivindicação de novos mecanismos de financiamento e solução, duradoura para o grave problema da dívida externa.

As autoridades suíças, porém, limitaram-se a fazer eco às declarações dos americanos, ingleses, franceses e alemães: o Brasil deve procurar dialogar e negociar com os bancos comerciais credores. Os governos nada podem fazer, e os suíços, particularmente, argumentam não ter "influência alguma" sobre os bancos.

Um porta-voz do Ministério das Finanças suíço observou que o seu governo não propôs ao Brasil um acordo com o Fundo Monetário Internacional, "mesmo porque não somos membros desta instituição".

Mas certamente, ressaltou, uma melhora nas relações do Brasil com o FMI daria mais segurança a todas as partes envolvidas na questão da dívida externa.

Segurança, aliás, foi um ponto bastante mencionado no encontro de Funaro com as autoridades suíças. Elas sugeriram que o Brasil adote medidas de reajustamento duradouro, e que evite assim alterações constantes nas regras do jogo, porque isso causa problemas para quem eventualmente tenha interesse em investir mais no País.

As autoridades suíças registraram também o seu "lamento" à suspensão do pagamento dos juros da dívida, e embora insistindo na sua impossibilidade de promover ações concretas para dar um outro encaminhamento ao problema, ressaltaram o fato positivo de o Brasil tê-los procurado para explicar a decisão.

— É bem melhor ouvir pessoalmente, do que através de despachos ou de jornais — observou um porta-voz suíço. Neste aspecto, podemos dizer que a visita do ministro Funaro foi vantajosa, pois em discussões globais sobre a dívida, certamente levaremos em conta as argumentações do Brasil.

Déficit de Cinco Bilhões

O ministro Funaro chegou a



Funaro aconselhado a procurar os bancos

Berna, a capital suíça, às 11 horas da manhã, começando logo em seguida uma maratona de encontros. Até as quatro horas da tarde, o ministro, sempre acompanhado do presidente do Banco Central, Francisco Gros, manteve audiência com os ministros da Economia, Jean Pascal Demaluraz, e das Finanças, Otto Stich, e ainda com o

presidente do Banco Central Suíço, Pierre Langettion.

Terminada a maratona, e não escondendo o cansaço, o ministro Funaro deu entrevista à imprensa, voltando a reclamar da rigidez dos bancos americanos, ao contrário, segundo ele, dos bancos europeus e japoneses "que oferecem alter-

nativas para uma solução do problema".

Os bancos suíços, particularmente, sugerem a capitalização dos juros, proposta que a princípio agrada Funaro. "Trata-se de dinheiro novo, de qualquer forma", argumentou. Funaro explicou que o Brasil necessita de US\$ 5 bilhões para fechar o balanço de pagamentos este ano, em razão da diferença do que precisa pagar ao Exterior — US\$ 14 bilhões — menos o saldo comercial previsto — US\$ 9 bilhões.

Embora assegurasse que as explicações do Brasil até agora têm sido bem recebidas pelos governos visitados, o ministro Funaro não conseguiu dar um exemplo de qualquer dado positivo obtido até agora na sua viagem. O presidente do Banco Central, Francisco Gros, comentou: "Só quem aplaudiu a nossa moratória até agora foi o Fidel Castro, mas evidentemente não poderíamos esperar que os credores fossem bater palmas". O ministro Funaro queixou-se especialmente da dureza da nota oficial do governo inglês, mandando o Brasil procurar o FMI: "Ficamos surpresos, porque na reunião os ingleses tiveram outro discurso e outro comportamento". Na verdade, revelou o ministro, até agora de fato

a maior resistência a qualquer novo enfoque ao problema da dívida externa encontra-se nos Estados Unidos.

O ministro Funaro reiterou em Berna que a suspensão do pagamento dos juros é temporária, mas lembrou que não foi ele que criou o "taxímetro" dos três meses de prazo que têm os bancos americanos. Ressaltou que o Brasil não aceita novo acordo com o FMI e nem admite imposição de cláusulas de condicionalidade no segundo round de negociações da dívida. E espera, também, ao contrário da expectativa dos meios financeiros, obter melhor negociação que a do México. Os mexicanos conseguiram, por exemplo, reduzir o spread (taxa de risco) de 1,5% para 0,875%.

As 18 horas, sob um intenso frio, o ministro Dílson Funaro e sua comitiva embarcaram no único avião do governo suíço, um jatinho de oito lugares, com destino a Zurique, de onde viajou a Roma. O ministro, embora bastante cansado, procurava demonstrar otimismo na sua maratona. Ele retorna hoje ao Brasil, fará um balanço das conversações com os governos credores, para depois anunciar a segunda parte da estratégia brasileira, para se livrar do aperto da dívida.

Assis Moreira,
enviado especial.